



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

O “maçon” e a “conciierge”: a inserção laboral dos portugueses no ramo da construção civil em França

Sérgio Lopes

A construção civil não constituiu, na generalidade dos casos, um mero ramo profissional de passagem para ulterior fixação na indústria ou nos serviços, como muitas vezes sucede, no que respeita aos portugueses residindo em França.

Já na década de 80, um estudo da CNRO alertava para este traço característico da nossa emigração: os portugueses fizeram carreira neste ramo a ponto de o recenseamento de 1990 apontar ainda para perto de 45% a fracção dos activos masculinos portugueses concentrados nesse ramo.

Se examinarmos a distribuição dos activos portugueses do sexo masculino e a dos trabalhadores na construção civil da mesma nacionalidade por regiões ou departamentos, constataremos mesmo que a sua correlação é de 99%. O “outlier” da regressão operada entre as duas distribuições é o departamento 94 (Val-de-Marne) onde a proporção de portugueses no ramo ainda é significativamente superior ao da média (43,5).

Hoje, segundo os últimos dados disponíveis, os portugueses constituem a única força de trabalho estrangeira que não ocupa um mero lugar residual e puramente complementar na CCOP — quase 8% contra uns escassos 3% da mão-de-obra argelina, que foi a primeira vítima da crise do sector nos anos 80 e é mais heterogénea no que respeita aos sectores de actividade dos seus trabalhadores — pois que raramente aqui faz carreira.

Tal como a restante mão de obra francesa ou estrangeira (à excepção de uns poucos milhares de ex-jugoslavos) os portugueses concentram-se na CCOP em mais de 90% nas grandes profissões, isto é naquelas com mais de 10.000 efectivos, cujo número é de 17. Com efeito 92% dos nossos efectivos estão nessas profissões. Com 95,41% ali concentrados, os italianos são os que mais fogem às pequenas especializações.

Mas se ser português é literalmente meio caminho andado para se ser profissional da construção civil outro tanto se pode dizer sobre a frequência com que o nosso profissional da CCOP (“BTP”) é “maçon,” que uma tradição traduz por “pedreiro”, mas que de facto designa o operário polivalente das obras de estrutura (“Gros oeuvre”) e revestimento.

A percentagem (contando com as chefias intermediárias e a administração) dos “maçons” entre os portugueses é de 44% (14% entre os franceses), seguindo aliás um padrão já experimentado, até certo ponto, pela emigração espanhola e italiana que precederam a nossa emigração, mas muito diferente do adoptado por outras vagas migratórias.

No início dos anos 70 o perfil profissional de espanhóis, portugueses e italianos quase só se diferenciava pelo grau de precariedade maior dos últimos chegados.

Entre os argelinos a importância do “maçon” é representada hoje, 1993, apenas por 14% do seu efectivo. Os trabalhadores portugueses, excluindo, (provisoriamente) a rubrica “diversos”, são os que atingem a percentagem mais elevada no que diz respeito à sua componente operária (68%).

Em segundo lugar, depois dos “maçons” e do “Gros Oeuvre”, em ordem de importância, aparece (mas isso não é uma característica distintiva dos portugueses) a rubrica dos “diversos”.

Em 1993 o salário horário médio de base desta categoria residual (“diversos”) é de 45,03 francos, isto é levemente superior à do “maçon” (44,50) e é esmagadoramente paga à hora — pelo que só por desconhecermos o conteúdo das tarefas não a incluímos no grupo operário. É quase certo, por exemplo, que a categoria mais marginalizada (a dos “manoeuvres s.a.”, isto é, a dos “serventes sem outra especificação”) coexista aqui com a dos chefes de equipa — e isto entre outras “simplificações” feitas à nomenclatura anterior aos anos sessenta.

Seja como for, se calcularmos as remunerações horárias em função da distribuição profissional, a nível de estaleiro — (“chantier”, “as obras”) — sem “diversos”, as disparidades não são dramáticas entre as diferentes nacionalidades. Todos aparecem na casa dos 44/45 francos de remuneração de base. Só

os classificados nos “Países outros ou não determinados” atingem os 46 francos.

O grupo dos “diversos” foi homogeneizado previamente, e portanto, por definição, é uma só categoria auferindo de uma remuneração muito timidamente superior à de um operário médio. As diferenças — e de monta — aparecem quando abandonamos os trabalhadores manuais. É claro que os escritórios e o enquadramento em geral são, em mais de 90%, coutada privada dos franceses. Mas isso não quer dizer que velhas emigrações que fizeram carreira na construção, como os italianos, não tenham sabido colocar bem as suas próprias peças, pouco numerosas, mas suficientes para alterar parte do jogo em seu favor.

Os italianos com 22% de pessoal em “trabalho limpo”, não operário, concentrados particularmente no sector técnico, globalmente o mais bem pago (64,57 francos em termos horários, contra os 49,87 francos correspondentes do sector administrativo — pese embora o facto de os quadros superiores administrativos propriamente ditos serem os mais bem pagos), o italiano “médio” da construção, ganhando por hora 48 francos, ultrapassa mesmo os 47,8 do francês e só é ultrapassado pelos 49,20 dos “outros CEE”, oriundos dos países mais ricos da actual União Europeia. Os portugueses, tal como os magrebinos e espanhóis situam-se abaixo na casa dos 45-46%, abaixo pois do salário médio do sector que é de 47,4 francos.

Não obstante, a década dos noventa tem sido marcada pela entrada dos portugueses nas profissões de enquadramento onde a sua presença anterior era quase nula.

Essa entrada é mais visível em números absolutos: 6.340 efectivos, dos quais 4.361 técnicos na administração — o que, em números absolutos, representa mais do que os 3.077 italianos. Só que em termos relativos isso perfaz pouco mais do que 4% dos portugueses que trabalham no sector.

E será a altura de passar das colunas às linhas, isto é da importância das profissões no total de cada nacionalidade, à contribuição de cada nacionalidade para cada uma das profissões.

Os “*terrassiers*”, os cabouqueiros, mal pagos (40 francos por hora) e mal considerados, constituem desde há muito um ofício evitado pelos franceses, que só contribuem para metade do seu efectivo. É terreno ocupado essencialmente pelos magrebinos, sendo só marginalmente preenchido pelos nossos compatriotas.

Já o “*tailleur de pierre*”, o canteiro ou o verdadeiro pedreiro que talha a pedra, especialidade que os franceses reservam para si a 82%, tem como único contributo estrangeiro o trabalho português (12,4%). Não é das especialidades mais mal pagas (46,8 francos).

O oposto sucede noutra profissão rara (612 membros recenseados), a do calceteiro (“*paveur*”), mais mal remunerada (44,9) e de menor prestígio. Aqui 22% da mão-de-obra é portuguesa e os 2 grupos magrebinos completam-na, cada um com cerca de 5% do esforço total.

Mais discreta, mas efectiva, tem sido a participação dos portugueses nos trabalhos de impermeabilização, agentes têm mudado conforme as nomenclaturas (a última é de “*étanchéiste*”). São em 1993 16% do efectivo total desta actividade.

Ainda outra especialidade da nossa mão-de-obra é a de operário de tonel construindo armações em madeira (“*mineur-boiseur*”), profissão a que os nacionais fogem mesmo se relativamente bem paga — 53 francos horários. Aqui só 19,37% dos operários são franceses. O seu carácter penoso não afasta uma participação de 38% por parte dos portugueses.

Já os cerca de 5 mil condutores de guias, autónomos, mas experimentando dificuldades, por vezes, em integrar-se na “cultura” do estaleiro, são em boa parte argelinos por uma espécie de “tradição”. É uma profissão paga a 46 francos, acima da remuneração média no estaleiro, mas sem perspectivas de promoção.

Uma profissão tradicional praticamente monopolizada pelos franceses (78,7%) e portugueses (11,2%), conjuntamente, desde que os efectivos italianos entraram em queda acentuada é a de estucador (“*plâtrier*” — também traduzida por trabalhador em gesso, não correspondendo exactamente à tarefa dos estucadores em Portugal, embora seja a tradução em todos os dicionários).

Um dos feitos dos nossos operários foi formar 486 posadores de mármore (33% do efectivo total em França), uma profissão qualificada, prestigiada e bem remunerada (53,66 francos).

Quanto ao resto, a percentagem de pintores ronda a média de participação nacional mas a falta de qualificações escolares ou de uma verdadeira formação profissional ressentem-se, por exemplo, no magro número de electricistas — aliás são mal remunerados.

É, contudo, curioso notar a presença em todos os “*métiers*” duma proporção nunca exígua de nossos conterrâneos. Até o muito restrito clube dos escafandristas já conta com 3 portugueses entre os seus 126 membros, isto para citar uma das duas profissões (a outra é a dos montadores de sistemas de climatização) onde a percentagem dos portugueses é mais baixa.

Para compreendermos melhor o que se passa na administração e nas chefias recuemos 9 anos.

Para já, teremos de proceder a uma crítica das fontes: as 4 principais fontes de variação salarial são: 1) a repartição profissional, 2) a localização geográfica, 3) a classificação profissional e 4) conjunto, ou por vezes, a verdadeira “cascata” de prémios ou subsídios que os sindicatos se esforçam, sem muito êxito, por incluir no vencimento declarado.

O segundo destes factores, que não é tido aqui em conta, beneficia claramente os portugueses, em

mais de metade concentrados na região parisiense. Não admira, pois, que nas brochuras da CNRO sobre o pessoal operário os nossos compatriotas apareçam creditados de vencimentos superiores aos dos próprios franceses.

Quanta à qualificação por nacionalidade, é um “tabu” que até há pouco os investigadores franceses tornaram supondo a existência de uma mítica imigração homogénea. Existem, para todos os ramos confundidos, estimativas do Ministério do Trabalho que colocam os portugueses numa situação um pouco melhor do que a dos magrebinos e o recenseamento fala já numa prevalência ligeira dos operários qualificados sobre os não qualificados neste ramo.

Mas a questão é que a própria concentração dos portugueses na construção civil, mais pródiga que qualquer outro ramo em oferecer qualificações puramente nominais para reter o pessoal até meados dos anos 70 torna difícil uma visão de conjunto.

Aqui só nos ocuparemos da repartição profissional e suas incidências. Por isso fomos buscar os números da CNS (Caisse Nationale de Surcompensation) que gere os certificados de feriados pagos na construção em França e que tem o inconveniente — de monta até à crise de 75 — de emitir um novo boletim quando no decurso do ano a entidade patronal muda.

Mas também longe vai o tempo em que os emigrantes podiam dizer “Quando não estou contente, mudo de patrão”.

Desde 1983 para cá pouco terá mudado a nível do estaleiro (“*Chantier*”). Aparece já então o “maçon” como a profissão 40,58% dos activos portugueses do ramo, o que representa 16,5% dos que em França exerciam essa actividade. O salário médio destes é de 29,14 francos horários em 1984, ano em que a nível dos operários em geral os vencimentos horários tendo em conta as diferentes distribuições profissionais de cada nacionalidade se situam na estreita faixa dos 29/30 francos. Se ser “pedreiro português” fosse uma profissão à parte, então ela seria a sexta do “BTP” francês. A nomenclatura é já sensivelmente a de hoje para o estaleiro, mas — e é esse o seu interesse — é diferente para o enquadramento e escritórios.

A hegemonia do “maçon” é tal que nenhuma outra profissão ocupa entre os nossos compatriotas um valor suficientemente próximo da média.

Representamos 9,27% entre o pessoal operário da construção em geral, reduzindo-se a percentagem a 7,83% quando se conta com o enquadramento. Os “diversos” são aqui já só 3,6% do efectivo nacional, mas representam actividades operárias pagas abaixo da média (28,36 francos).

Se fizermos agora uma análise “horizontal” ao estaleiro antes de sondarmos a administração, poucas diferenças encontraremos com 10 anos depois.

Já então algumas das categorias mais precarizadas e mal pagas como a dos “*terrassiers*”, só contavam com uma participação subsidiária por parte dos portugueses, concentrando essencialmente magrebinos.

Mais bem remunerados, entre os trabalhadores do betão-armado, outra categoria evitada pela mão-de-obra nativa, os portugueses lideram a contribuição estrangeira ocupando 23,28% do total dos efectivos da profissão. Sempre são 32,24 francos. O mesmo se passa, até certo ponto, quando o material é o cimento (15,17%), embora aqui o salário de base não ultrapasse senão em dois décimos a casa dos 30 francos.

Voltamos a encontrar o “*tailleur de pierre*” português a conviver praticamente só com o francês na profissão, atingindo os 18,85%. O mesmo acontece numa profissão um pouco mais modesta: os calceteiros (“*paveur*”) onde detemos 21,72% dos efectivos de França no ramo, tendo nós sido informados que existiu uma “importação” organizada de pessoal português com essa especialização. De assinalar de novo as boas participações portuguesas nos trabalhos de impermeabilização e nas tarefas de construção de vigas de madeira nos túneis-“metro”, etc. Tanto os “*étanchéistes*” como os “*mineurs-boiseurs*” portugueses representam mais de 16% destas categorias.

Mas a profissão mais portuguesa de França, aquela onde os nossos efectivos excedem em muito os próprios franceses, e isto é qualquer coisa que se começa a esboçar já nas estatísticas de 1968, é a de “*puisatiers*”, os poceiros, de facto os que escavam túneis. Com efeito representamos naquela data 44,19% dos “*puisatiers*” de França (pagos a 35,5 francos horários). Pena que a actividade só conte com 267 praticantes.

Como profissão qualificada que já referimos para 1993, registemos a nossa contribuição muito qualificada nos trabalhos de mármore (onde os patrões na região parisiense são quase todos de origem italiana). Aqui também estamos sós com os franceses. A nossa participação é de 23,24%, auferindo por hora cada operário 33,66 francos.

Iremos fazer agora uma incursão aos escritórios, não sem uma mediação necessária: isto é com os “diversos” de 1984 e com outras rubricas ambíguas, vamos formar nós próprios uma categoria de “Diversos”, como a que desapareceu em 1983 em prol de uma simplificação algo mistificadora. Ao contrário do que definimos como sendo o sector do estaleiro, de maneira restritiva, entre os “diversos”, como os reconstituímos, as diferenças salariais são agora sensíveis.

Se entre argelinos, tunisinos, marroquinos e mesmo espanhóis e “outros da CEE” o salário situa-se na casa dos 29/32 francos horários, nas proximidades das remunerações do operário do “*chantier*”,

os numerosos chefes de equipa fazem os portugueses ultrapassar o teto dos 32 francos em duas centésimas e os italianos chegam aos 34,04 francos.

A administração revela-se muito heterogénea. A sua primeira rubrica é a das dactilógrafas, secretárias e estenógrafas, auferindo salários que convertidos pela CNS em termos horários, não ultrapassam os 29,65 francos.

As duas seguintes são as de "agente administrativo" e a de contabilista que não atingem a remuneração de um chefe de equipa, sendo a primeira, aliás, um artefacto de categorias anteriores.

Seguem-se os chefes de estaleiro ("*chef de chantier*") praticamente a única rubrica relativamente acessível a estrangeiros capazes de subirem a "pulso" São mais de 38.000 no país, dos quais, em 1984, 2164 eram italianos e 1891 portugueses. A sua remuneração era praticamente equivalente à dos "técnicos", como então estes eram definidos (41,5 e 42,5 francos).

Os grupos imediatamente acima são os empreiteiros designados como "*Conducteurs de travaux de deuxième échelon*".

São também em número apreciável em 1984, mais de 20.000, auferindo 49,67 francos ou seja quase o dobro de um "*manoeuvre*". Na emigração italiana recrutavam-se em 1983, 2,86% destes dirigentes e só 0,95% eram portugueses. A subida de número de quadros estrangeiros que observamos em 1993, deve resultar essencialmente do aumento dos efectivos nestas duas categorias.

Seguem-se na hierarquia os designados quadros técnicos, comerciais e administrativos, quase todos, tal como os já descritos "administrativos", pagos ao mês, mas a quem é atribuída convencionalmente uma remuneração horária de 49,52 e 54. francos, respectivamente. Constatamos aqui o artifício da tal rubrica "administrativos" forjada ulteriormente para 1993.

Resta falar dos engenheiros. Serão eles quadros técnicos pagos modicamente a 49 francos por hora? De modo nenhum, aqui teremos mesmo de abandonar a casa dos 50 francos porque eles ganham 65,88 francos por hora. Há 3 portugueses entre os 11.823 contemplados.

Para 1984 como para 1993 foi possível determinar uma remuneração horária média para cada nacionalidade em função da sua inserção na divisão do trabalho.

Já vimos que a nível do estaleiro as diferenças parecem de pequena amplitude Mas se somarmos as massas salariais provenientes das suas diversas fontes descritas o que iremos obter?

O francês "médio" da construção atingirá o nível do salário de trabalhador qualificado dos ramos mais prometedores do sector: 33,09 francos. Os magrebinos não atingem a casa dos 30 francos (29,57 e 29,45). Os portugueses e mesmo os "CEE-outros" e os "outros países" ultrapassam-na quase simbolicamente (30,54 para os nossos compatriotas). Todos os outros não atingirão a média de 32,46 fixada largamente pelo peso dos 77% do total que comportam os nativos.

Uma observação importante: se na análise dos números e dos gráficos excluirmos a "variável" "*maçon*", certas profissões com numerosos efectivos, como marceneiro e carpinteiro, surgem, desde que também forem libertadas também da grande globalidade "horizontal" constituída pelos "colegas" dos outros países. Basta examinar um gráfico comparativo englobando as principais actividades dos portugueses e dos argelinos, por exemplo, omitindo os "*maçons*", para pôr em relevo o contributo dos nossos operários do betão armado (este já o tínhamos detectado), mas também o dos mais de 5.000 pintores e de uns tantos marceneiros, entre outros. O que mostrará também como entre os argelinos a rubrica que capta as situações menos favorecidas é a de "*manoeuvre*", sem pôr de lado os "não determinados," os "*terrassier*" e os "diversos" que como vimos aparecem também com relativa importância ao longo do percurso dos portugueses.

Mas vamos continuar esta história em *flashback*, pois como diria K.Marx aqui "*le mort saisit le vif*".

Com efeito as primeiras — longas — nomenclaturas utilizadas pela CNS no fim dos anos 60 e durante os 70 espelhavam melhora a estrutura do sector, dividindo-o entre os trabalhos de estruturas ("*Gros Oeuvre*"), Trabalhos Públicos de especialidade ("*Génie Civil spécialisé*") e Acabamentos ("*Second Oeuvre*"), estes últimos subdivididos em trabalhos de aquecimento, revestimento e soldadura, electricidade e refrigeração, ferro, madeira e pintura e vidraria, ao que se seguia uma rubrica residual (mas a segunda mais importante) das "outras profissões". Finalmente saímos do grupo operário para encontrarmos os "colarinhos brancos" a as chefias ordenadas hierarquicamente em 3 categorias: 1 — empregados de escritório; 2 — técnicos e "agents de maitrise (pessoal de enquadramento) 3-engenheiros e quadros.

A clareza das classificações — perto da centena — tinha como contrapartida a menor fiabilidade dos números e de facto muitos emigrantes aproveitaram-se do facto de a oferta de mão-de-obra não ser, em termos globais excessiva, para mudar de emprego quando as condições oferecidas lhes pareciam melhores. Estamos num período onde a construção de alojamentos sociais e as grandes obras públicas batia o seu pleno. Por isso grande parte da contratação, do "*embauche*" se fazia à porta dos estaleiros.

Com esta precaução, recuaremos a 1972/73, no final dos 30 "gloriosos anos", e antes das medidas restritivas em relação à emigração adoptadas em 1974 pela França.

Eram então 1.621.868 os efectivos da Construção Civil e Obras Públicas ("*BTP*") a comparar com precaução com os 1.190.590 de 1993. Destes 1.391.540 trabalhavam permanentemente no

estaleiro, sendo a categoria mais relevante a do "*Gros Oeuvre*" contando com 473.841 trabalhadores ou seja 34% do sector. Os portugueses, como sempre acontecerá depois, concentravam-se nesse subsector, quer como artífices de cofragens de madeira — quase 15 mil —, quer sobretudo como "*maçons*" — 63.000 —, rubricas que seriam fundidas estatisticamente em 1973. Quando a junção é feita, esta junção é feita: 40,58 dos portugueses são "*maçons*".

A profissão era então só exercida por 15% dos profissionais franceses e 21,2 dos argelinos. Mas também é certo que o mesmo fenómeno de concentração no "*Gros Oeuvre*" se verificou em grau ligeiramente menos acentuado com os outros trabalhadores do Sul da Europa. Os portugueses fornecem então 18% da mão de obra dos trabalhos deste subsector, uma proporção em muito superior à de qualquer grupo estrangeiro.

Os salários operários situavam-se entre 6 e 7 francos horários (6,20 para os "*maçons*"). Os "*manoeuvres*", os "*terrassiers*" e as "profissões não determinadas" ficavam pela casa dos 5 francos. Quase 12% dos argelinos estavam nesta situação. São, nesse momento, o segundo grupo estrangeiro, não residual, como hoje, mas contando com mais de 135 mil membros, não longe dos 153 mil portugueses — que desde então até 1993 conservam no "*chantier*" os 9% que tinham em todo o sector e que foram relativamente poupados à posterior grave crise do "BTP" dos anos 85-86, mas já mais duramente atingidos na crise actual dos anos 90, um desemprego de carácter friccional e estrutural, pois a introdução de novas tecnologias tornou obsoletos vários dos "*savoir-faire*" que eles tinham aprendido "*sur le tas*" (por saber de experiência feito).

Os cálculos que efectuamos condizem com os da CNS em todos os subsectores menos relativamente às chefias as chefias (lá iremos) e dão uma remuneração superior para os trabalhos públicos especializados (6,90), um pouco inferior para o "*Gros Oeuvre*" (6,32), estando outros ramos em situação intermédia, juntamente com o "pessoal de escritório" (6,46) — dactilógrafos, estenógrafos, empregados e contabilistas.

Mas, como já vimos ser hábito, o pior está reservado à rubrica residual "outras profissões" que é a que mais indivíduos engloba, depois do "*Gros oeuvre*". Aqui, onde estão os "*terrassier*" e as "profissões não determinadas", e apesar de contar profissões estimadas e bem remuneradas como os marmoristas (7 francos), o salário médio situa-se na casa dos 5 francos horários.

A flutuação estende-se dos 6,24 dos italianos implantados no lado menos proletarizado deste subsector, sector até aos magros 5,35 e 5,38 dos marroquinos e argelinos, sendo creditados aos segundos cerca de 50.000 "*manoeuvres*". Neste ano onde a emigração clandestina portuguesa continuava a chegar há ainda 25.693 portugueses nesta ocupação e a nossa "*performance*" é aqui de 5,47 francos, inferior mesmo aos 5,67 da média desta numerosa rubrica onde predominavam esmagadoramente os mais excluídos

Os 6,46 francos do pessoal de escritório não são de causar inveja, como vimos, aos operários das melhores profissões. Aqui a presença francesa é de 97,46. A percentagem dos estrangeiros nunca atinge mais do que décimas ou centésimas o que torna irrelevante qualquer cálculo.

Mas é a partir daqui que entramos de facto nas chefias. O subsector "*techniciens et agents de maîtrise*" interessar-nos-á mais pelo que atrás aludimos. Nesta época 7,18% dos chefes de "*chantier*" são italianos, os espanhóis rondam os 2% e já 1,5% são portugueses. Os italianos representam também 3,5% dos contramestres do sector em França.

Nas outras rubricas (desenhadores e medidores) a presença de estrangeiros é tão simbólica como entre o pessoal de escritório). A assinalar, porém, também a incursão de 30 argelinos e 28 italianos nas funções mal remuneradas de armazenista-chefe, o que os faz perfazer cerca de 1% desta rubrica.

Os chefes de estaleiro, quando pagos à hora, recebiam 8,72 francos; os contramestres 8,79;

os armazenistas-chefes (*magasinier*-ETAM) 6,42; isto é, pouco mais do que os "*magasiniers-ouvriers*" (armazenistas operários). Significativamente os poucos argelinos e marroquinos que chegaram a este 2ª escalão da hierarquia atingem globalmente os 8,53 e 8,38 francos, respectivamente, enquanto os italianos recebem 8,71.

E chegamos ao topo, ao 3º escalão. Uma prevenção, embora se forneçam ao lado das remunerações horárias, os equivalentes mensais, só fora do estaleiro estes são praticados em número digno de registo.

No escritório e na administração a regra é a inversa, salvo para uns tantos chefes de estaleiro e contramestres. Ora se, para fins comparativos continuamos a utilizar a base horária, deveremos ter em conta que os resultados não são plenamente coincidentes, e isto a favor dos mensualizados.

O subsector dos engenheiros e quadros tem em todas as sua rubricas uma componente francesa no mínimo de 96% dos efectivos. A excepção são os "*Conducteurs de travaux*" de segundo escalão, "só" com 93,5% de franceses entre os 6.445 membros da profissão. Uma vez mais, é a emigração mais antiga e com mais tradições e carreira feita no ramo, os italianos que consegue contar com 3% do efectivo nacional nas chefias. Depois há escassas unidades ou dezenas de outros estrangeiros de muitas proveniências. Os italianos são também os únicos a assinalar nos quadros administrativos (2%) e comerciais (1%).

Quanto aos engenheiros embora remunerados "apenas" a 11,66 francos à base horária são os únicos

a receber na época mais de 4.000 francos mensalmente. Neste clube de 10.000 membros há 129 a terem vindo de "países outros", não membros da CEE, enquanto de Portugal chegam 9 e a própria Itália tem de se resignar a uma contribuição de 72.

Como seria de esperar, o italiano "médio" do enquadramento, — chefes de "*chantier*", contramestres — é o que ganha mais, 8,72 francos. No topo consegue 12,48, mesmo contra os 12,16 dos franceses. Em função do que foi dito poderemos mesmo avançar com um fictício vencimento médio dos membros de cada grupo nacional.

Para uma média global de 6,66 francos dos activos da construção os franceses auferem 6,81 francos, uma vantagem esperada, que já não terão em 1993, como vimos, relativamente aos persistentes italianos. Em seguida também com 6,81, e a milésimas de distância aparecem os "outros CEE", cidadãos do actual pelotão de vanguarda da antiga CEE. Depois, o que também não surpreende, os italianos, com 6,66, exactamente a média.

Os outros emigrantes da Europa do Sul, mais recentes, conhecendo pior as tradições e os meandros da profissão vinham atrás, por esta ordem: Jugoslávia 6,47, Espanha 6,38 e Portugal (a época "heróica" da emigração ainda não acabara...) com 6,17 francos por hora.

Os excluídos eram os magrebinos. Marroquinos e tunisinos mal ultrapassavam a barreira dos 6, com 6,03 francos, e os argelinos só por arredondamento atingiam os 5,92 francos.

A necessidade premente da França de recorrer à mão-de-obra estrangeira ressalta quando se constata que ela é incapaz de fornecer mais do que 54% de efectivos ao sector do "*Gros Oeuvre*" que é o suporte de todos os outros. Em 1972 os portugueses preenchiam 18% do subsector, média que excediam nas 2 rubricas que se concentrariam na designação "*maçon*" no ano seguinte e ainda entre os trabalhadores do cimento. Nos "*coffreurs*" eram mesmo mais numerosos do que os franceses. No "*Gros Oeuvre*" eram 85.404, largamente mais do dobro de cada grupo magrebino. Os italianos eram no subsector o segundo grupo mais numeroso, ultrapassando os 33 mil.

O outro lado da questão da importação dos imigrantes, para além da falta de mão-de-obra era a necessidade do governo e do patronato francês em importar conjunturalmente trabalhadores não especializados que levassem a cabo aquilo que um ministro francês designou em 1966 como uma necessária "distensão no mercado de trabalho", isto é a manutenção dos baixos salários. Era o papel dos "*manoeuvre*", "*terrassier*", "*professions non déterminés*". Eram quase 200.000 trabalhadores nessas circunstâncias e, se era aos magrebinos que competia essa função, o número de portugueses abrangidos nessa situação era, então, relativamente importante.

Se especialidades das obras públicas (note-se que as que não são exclusivas ao sub-ramo figuram na rubrica "*Gros Oeuvre*") a nossa participação não excedia os 6,71%, ela era assinalável nos trabalhadores do betume e asfalto ("*bitumiers/asphalteurs*"), nos trabalhos de dragagem ("*dragueurs*") e contava com os mineiros-armadores de vigas de madeira ("*mineurs/boiseurs*") e posadores de vias de ferro ("*poseurs de voies*"), onde oscilavam entre os 12 e 14% dos efectivos. Maior ainda era a proporção de "mineiros (construtores de vigas de madeira ou perfuradores mecânicos de túneis), que eram mais de 1/5 do total, a dos calceteiros que representava mais de 26,07% do ramo e os já mencionados "*puisatiers*" (48,6 dos trabalhadores de escavação de túneis).

Já no que diz respeito a Acabamentos (*Second Oeuvre*), a nossa participação era menos decisiva. No aquecimento é só de 2,22 por cento e em nenhuma outra rubrica se aproxima dos mais de 9% da média nacional. A presença estrangeira era aqui de mera "*force d'appoint*".

E eis-nos chegados às já faladas "outras profissões".

Acontece que neste subsector residual nem sempre as rubricas dizem respeito a "casos sociais". Estão por exemplo aqui os 19,53 com que contribuímos para o mármore. Mas os nossos 11,72% globais desta vasta rubrica (270 mil efectivos) só excedido, entre os estrangeiros, pelos 20,57 argelinos, deve-se a uma fase ainda muito crítica da nossa emigração.

Assim contamos em 10,15 (16% é a parte argelina) para a rubrica "profissão não determinada" que aufer 5,47 francos.

Na altura perfazíamos ainda 22,95% dos "*terrassiers*", pagos, em centésimas, abaixo dos "não determinados", e éramos só excedidos também pelos 32,72% argelinos da mesma rubrica. Éramos, ainda, 6% dos "*manoeuvres*", o que de resto não era aqui uma proporção inquietante (atingia 29,44% entre os argelinos e 8,08% entre os marroquinos).

Finalmente preenchíamos em proporção idêntica à dos argelinos o "outro pessoal horário".

Este *flashback* não termina aqui. Vamos dar algumas indicações sobre o período mais efervescente da nossa emigração, os anos 1968 a 70. Existe a limitação dessa mesma efervescência tender, como foi dito, a uma sobrevalorização dos efectivos. Por outro lado os dados disponíveis para 1968 não incluem caixa regional de Paris da CNS, o que quer dizer que há uma amputação de cerca de metade, pelo menos, da informação sobre os trabalhadores portugueses.

Comecemos por 1969, ano em que o número de verbetes portugueses é de 111.660, ou seja de novo 7,06% do total (1.580.916). Inferior ainda aos 126.410 argelinos registados.

Se medirmos a nossa implantação em termos absolutos, ressaltarão os 44.000 "*maçons*" da primeira nomenclatura, que juntos com os "*coffreurs*" atingem cerca de metade dos

trabalhadores portugueses, ou seja, 54.378 trabalhadores. Ainda no "*Gros Oeuvre*" há 2.778 trabalhadores do cimento e 1.314 no gesso (plâtriers), o que confirma a hipótese que a implantação dominante no "*Gros Oeuvre*" é um traço permanente que só se esbaterá um pouco com o tempo.

Seguidamente impressionar-nos-ão os cerca de 3.380 marceneiros e os 2.807 pintores, cujo efectivo se vai reforçando mas não atinge expressão comparativamente na "vertical" ou na "horizontal".

Mas reteremos com certeza os então 22.947 "*manoeuvres*" que conjuntamente com os 4.866 "*terrassiers*" e os 2.160 "não determinados" correspondem a 26,84%, ou seja a mais de um quarto dos nossos homens em situação mais dramática. Mas já nesse período havia quem estivesse pior: são cerca de metade (49,08%) os argelinos na mesma situação

No "*Second Oeuvre*" os pintores (2,51%), os marceneiros (3,03%) e sobretudo as "outras profissões" descritas atingem alguma expressão. A deserção por parte dos franceses do subsector do "*Gros Oeuvre*" está ainda em vias de realizar-se e o peso da emigração espanhola e italiana ainda se faz sentir. Ainda no "*Gros oeuvre*", dentro da pequena comunidade dos "*tailleurs de pierre*", canteiros, a nossa contribuição é de 23,21%.

No subsector dos trabalhos públicos especializados destacam-se os 18,02% mineiros portugueses, e já os 22,79% calceteiros cujo número irá episodicamente ultrapassar o dos próprios franceses. O mesmo se passa com o que chamamos a profissão mais portuguesa de França, os "*puisatiers*" que em 69 correspondem já a 44,37% dos efectivos da restrita profissão.

Depois aparece uma participação de 11,66% dos então designados como "*Applicateurs d'étanchéité*".

Os nossos "*enduseurs*", se bem que menos numerosos em termos absolutos que os pintores, conseguem ocupar 10,37% da profissão — os primeiros apenas completam 3,57% da especialidade. Seguem-se as "outras profissões" e nestas os nossos marmoristas são 13,44% do efectivo total.

Na administração é preciso ler a casa das centésimas para encontrar portugueses: 41 chefes de "*chantiers*" que atingem 0,79% da rubrica.

Em 1968, fora da região parisiense, as duas profissões que irão constituir os "*maçons*" formam mais de metade do efectivo português, ou seja 52,37%, traço quase atingido pelos outros emigrantes latinos. Além delas só os marceneiros ultrapassam com 2,47% os 2%.

Mas há excepções evidentes no fim de tabela: os 22,34% "*manoeuvres*" aos quais é preciso juntar os 6,24% "*terrassiers*" e os 2,30% de "profissões não determinadas". Isto é, nesse ano, quase um terço dos portugueses não tinha tanto uma profissão como pesadas execuções de tarefas precárias com que sobreviviam. Em conclusão, pelo menos até ao fim dos "trinta gloriosos anos" o adágio francês segundo o qual "*tout va bien quand le bâtiment va bien*" não só tinha a sua parte de verdade, como se poderia quase condensar o essencial do efeito multiplicador do "*Gros Oeuvre*". Foi para lá e para o subsector da fabricação de outros bens duradouros (o automóvel) que se fez o apelo à mão-de-obra emigrante, desde o fim da 2ª Guerra mundial. Tirando o caso de contingentes provenientes do Norte de África, do império francês, pois, essa mão-de-obra chegou a partir dos meados dos anos cinquenta e os gráficos de entradas do então Office National des Migrations mostram de maneira impressionante como a vaga italiana, espanhola e portuguesa se sucedem quase sincronizadamente ou agem harmoniosa sobreposição. A imigração começou por ser um complemento, para, como o mostra por exemplo, o relatório Le Pors, substituir a própria mão-de-obra francesa em actividades económicas fulcrais no desenvolvimento de um novo modelo de acumulação — "fordista" como alguns lhe chamam.

Mas houve sempre subjacente nesse apelo à emigração uma distinção, que transparece claramente no relatório Calvez ao Conselho Económico e Social (1968), entre uma emigração europeia, integrável e destinada a "*faire souche*", povoar a França, e uma emigração que se queria transitória e de efectivos variáveis segundo a conjuntura económica.

O que vimos no sector da construção é exactamente como uma diminuição de efectivos de uma emigração como a italiana que não implicou um desenraizamento do sector levando à formação de uma quase aristocracia operária e a uma efectiva penetração nas chefias, sobretudo as mais em contacto com o estaleiro. O que se terá passado em menor escala com os espanhóis, seja por um amplo movimento de regresso, seja por uma ascensão, sobretudo, à segunda geração que os levou a outros ares. Os efectivos magrebins desceram também muito não por qualquer movimento acentuado de regresso, mas em virtude de serem as primeiras vítimas de uma crise profunda do sector desde meados da década de 70. Para além de reservas e preconceitos de que são alvo na oferta de empregos, vimos que a sua própria localização no sector era mais precária. Talvez não tenham concebido, como nos indica o referido estudo da CNRO, a construção civil como uma carreira, desertando-a para os serviços tão cedo quando — e na medida em que — lhes foi possível. Hoje podemos afirmar que só a mão-de-obra portuguesa, entre os estrangeiros, é estrutural no sector com a ressalva do *know-how* dos quadros e trabalhadores qualificados italianos. Também vítima da crise sobreviveu. Apetece-me dizer que tem mais a aprender com os "*compagnons*" transalpinos do que com muitos ensaios sociológicos franceses.